



# Anais da Assembléia

Nº 134

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1988

ANO XXI

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1988.  
TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Pirajá Ferreira e Nereu Carlos Massignan.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (50). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Alexandre Ceranto, Antônio Belinati, David Cheriegate e Homero Oguido (04).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura das Atas e do Termo de Ata das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofício:

OF. nº 286

Curitiba, 12.12.88.

Senhor Presidente.

Tem o presente a finalidade de comunicar a Vossa Excelência, que nesta data assumo a cadeira de Deputado Estadual, da qual me encontrava licenciado.

Sem mais para o momento, reitero os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) LAURO LOBO ALCANTARA

Requerimentos:

## REQUERIMENTO Nº 1008

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja concedido REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei nº 278/88, que denomina "RODOVIA JOSÉ MIGUEL LINO", o trecho compreendido entre o Município de Rosário do Ivaí, até o Município de Grandes Rios, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI.

## REQUERIMENTO Nº 1013

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam colocados em Regime de Urgência os seguintes Projetos de Lei:

1. 331/88 (Mens. Execut. 124/88)
2. 332/88 (Mens. Execut. 125/88)
3. 333/88 (Mens. Execut. 126/88)
4. 334/88 (Mens. Execut. 127/88)
5. 335/88 (Mens. Execut. 128/88).

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) NESTOR BAPTISTA.

## REQUERIMENTO Nº 1028

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o Cancelamento do Regime de Urgência e a retirada da Ordem do Dia por três Sessões, do Projeto de Lei nº 303/88.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) ORLANDO PESSUTI.

## REQUERIMENTO Nº 999

Senhor Presidente.

O Parlamentar que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora ROSA DOS SANTOS CIRILO, ocorrido em Foz do Iguaçu, no dia 04.12.88.

O fato abalou de forma profunda a sociedade, pois foi uma das pioneiras, conquistou um grande número de amigos e viveu sempre cercada de seus parentes e demais moradores de Foz. Era mãe de Antônio dos Santos Cirilo, proprietário da Rádio Cultura.

Da decisão requer ainda, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de Antônio dos Santos Cirilo - Rua Dom Pedro II, n° 180, quadra 15 - CEP 85.890 - Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) WERNER WANDERER.

#### REQUERIMENTO N° 1003

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor LUCAS VOSCH.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### REQUERIMENTO N° 1004

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Senhor ALVINO MAURÍCIO NASCIMENTO.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) NESTOR BAPTISTA.

#### REQUERIMENTO N° 1027

Senhor Presidente.

Os deputados infra-assinados, REQUEREM nos termos regimentais, a inserção nos Anais da Casa, de um voto de pesar pelo falecimento do Deputado JOÃO BATISTA, líder do PTB do Estado do Pará, brutalmente assassinado na semana passada em Belém do Pará.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, se dê ciência à família enlutada e à Assembléia Legislativa do Pará.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(aa) RAFAEL GRECA, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, EDMAR LUIZ COSTA, BASÍLIO ZANUSSO, ALGACI TÚLIO e um ilegível.

#### REQUERIMENTO N° 994

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação de votos de congratulações, pela passagem do octogésimo aniversário da criação da Sociedade da CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, comemorado em 05 de dezembro.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência ao Dr. Lauro Grein Filho, Presidente da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Paraná, Av. Vicente Machado, 1310,

Curitiba, terça, em 13.12.88

CEP 80420, Curitiba-Paraná.

Sala das Sessões em 13.12.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### JUSTIFICATIVA:

Tudo começou no dia 24 de junho de 1859, quando o cidadão suíço, Henry Dunant, movido pelo mais profundo sentimento de solidariedade, dirigiu-se ao campo de batalha onde momentos antes vira travar-se uma das mais sangrentas batalhas (de Solferino) entre o exército franco-italiano, comandado por Napoleão III e o exército austríaco, quando estes dominavam a Itália. Naquele ambiente de violência, nasceu um impulso de amor e solidariedade que passados 129 anos, continua sendo a razão de existir da Cruz Vermelha.

No Brasil, a Cruz Vermelha Brasileira foi instalada em 05 de dezembro de 1908, no Rio de Janeiro.

Cabe-nos ressaltar os relevantes serviços que esta entidade de âmbito internacional, vem prestando ao longo dos seus 80 anos de existência. Pelo muito que a Cruz Vermelha Brasileira tem feito pela humanidade, rendemos nesta data a nossa admiração e a nossa homenagem.

#### REQUERIMENTO N° 1006

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos a Guarapuava, pela passagem do 169° aniversário, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal, Nivaldo Krüger, ao Excelentíssimo Sr. Carlos Alberto Milazzo, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

#### JUSTIFICATIVA:

Com 169 anos de fundação, Guarapuava dá, a cada instante, mostras de que a sua independência veio mesmo a coroar o desenvolvimento, que na realidade já vinha acontecendo há muitos anos atrás.

Tendo em vista as naturais dificuldades de um município, Guarapuava por outro lado, tem sabido transpor as barreiras rumo ao processo desenvolvimentista, que aliás é nos dias de hoje algo extremamente palpável, fruto da dedicação de seu povo, trabalhador e ordeiro, para quem não existem dificuldades que os desanimem no sentido de galgar novas posições de destaque, particularmente na região Centro-Oeste.

#### REQUERIMENTO N° 1014

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a

consignação na Ata da presente sessão, de votos de congratulações dirigidos a Guaruapuava pela passagem do 169º aniversário, com conseqüente encaminhamento ao Excelentíssimo Sr. Prefeito Municipal e aos Vereadores, bem como aos jornais e rádios locais.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1016

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa, REQUER após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao ilustríssimo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Jussara, Sr. TEODORO LUIZ RAMOS, e, por seu intermédio, aos demais vereadores com assento naquela Casa de Leis, votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município, comemorado no dia 08 de dezembro.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO Nº 1017

Senhor Presidente.

O Deputado Nilton Barbosa, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa, REQUER após manifestação do Plenário e em Regime de Urgência, seja oficiado ao ilustríssimo Sr. Prefeito de Jussara, Sr. PEDRO CÂNDIDO DE OLIVEIRA, votos de congratulações pela passagem do aniversário do Município, comemorado no dia 08 de dezembro.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) NILTON BARBOSA

#### REQUERIMENTO Nº 1024

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado um voto de apoio ao Líder da organização para a Libertação da Palestina, YASSER ARAFAT, que deverá discursar hoje no Palácio das Nações em Genebra.

Requer ainda que da decisão sejam informados os Países integrantes da O.L.P. e da O.N.U.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

O povo palestino vive um dos mais terríveis dramas que se tem notícia desde a criação do Estado de Israel em 1948. Dispersos pelo mundo, vivendo em acampamentos, esse povo luta para ter respeitado o seu direito a uma pátria. Sensibilizando a opinião pública internacional, sua causa possui hoje as simpatias das Nações Unidas

que, não cedendo a pressões dos Estados Unidos e Israel, transfere sua Assembléia Geral para Genebra, a fim de que possa ouvir seu legítimo representante e porta voz, o médico YASSER ARAFAT.

Nossa atitude se constitui também numa homenagem à laboriosa colônia de palestinos radicados no Estado do Paraná e em nosso País.

#### REQUERIMENTO Nº 1025

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, requer registros nos anais dos vinte anos da edição do AI-5.

Tal manifestação tem por objetivo lembrar a data, não como fato louvável, mas para que neste País nunca mais ocorram fatos como aquele e suas nefastas conseqüências.

Lembrar o AI-5 e manifestar nosso protesto é um dever de todos os democratas e uma homenagem às vítimas daquele ato - alguns mortos pela tortura, outros cassados, muitos presos, punidos, exilados.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

Apoiamto: Pedro Tonelli e Paulino José Delazeri.

#### REQUERIMENTO Nº 1009

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para as Aldeias S.O.S. de Goioerê.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

As aldeias S.O.S., de Goioerê atendem centenas de crianças desamparadas, fornecendo alimentação, alojamentos, assistência médica e odontológica, além de encaminhamento escolar e profissional. Este trabalho figura entre os mais organizados e eficientes do Estado do Paraná. Entretanto, em função do aumento significativo no número de internos, necessita de auxílio financeiro.

#### REQUERIMENTO Nº 1010

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de Ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio

financeiro para o Clube de Mães Nossa Senhora das Graças, de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**JUSTIFICATIVA:**

O Clube de Mães Nossa Senhora das Graças, localizado no Jardim Aeroporto, cidade de Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços no atendimento de gestantes e recém-nascidos daquela região. Porém, por motivo de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro para perseverar prestando atendimento às pessoas necessitadas.

**REQUERIMENTO N° 1011**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de Ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Jorge Gomes Rosa Filho, Digníssimo Diretor da FASPAR, solicitando auxílio financeiro para a ACRUCAM de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 08.12.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**JUSTIFICATIVA:**

A ACRUCAM de Campo Mourão é uma entidade assistencial que atende centenas de crianças daquela cidade e região, encaminhando-as para trabalhos condignos, escolas e assistência necessária. Porém, por razões de problemas orçamentários causados pelos elevados índices inflacionários, necessita de auxílio financeiro.

**REQUERIMENTO N° 1012**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para o Lar do Menor Dom Bosco, de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

**JUSTIFICATIVA:**

O Lar do Menor Dom Bosco, localizado no Lar Paraná, na cidade de Campo Mourão, é uma entidade assistencial que presta relevantes serviços às crianças desamparadas daquela região. Entretanto, em função de defasagem orçamentária, necessita de auxílio financeiro.

**REQUERIMENTO N° 1015**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor ALVARO FERNANDES DIAS, DD. Governador do Estado do Paraná, apoiando a solicita-

Curitiba, terça, em 13.12.88

ção da Associação Médica do Paraná, para que sejam tomadas providências no sentido de ampliar para 26 (vinte e seis) o número de vagas oferecidas aos médicos legistas no concurso que será realizado no próximo ano.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

**JUSTIFICATIVA:**

Temos pleno conhecimento de que o número de vagas solicitado pela Associação Médica do Paraná, é indispensável para se preencher minimamente as necessidades do interior do Estado, porquanto o número atual de 16 vagas é insuficiente para solucionar os problemas que se apresentam, tendo em vista a prioridade de legistas ser maior do que a referida oferta de vagas, haja vista a necessidade de se criar serviços de verificação de óbitos em cada subdivisão do Instituto Médico Legal do Paraná, no interior do Estado, o que requer a contratação de pelo menos um patologista para cada serviço.

Pelo exposto, na expectativa de solucionar mais esta distorção na oferta de serviços essenciais à população paranaense, contamos com a compreensão costumeira e pronta solidariedade do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, determinando o provimento de tão justa reivindicação da classe.

**REQUERIMENTO N° 1022**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Artur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio financeiro para a Guarda Mirim de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

**JUSTIFICATIVA:**

A Guarda Mirim de Campo Mourão é uma entidade considerada modelo em termos nacionais, em função da sua longa tradição de bom atendimento e encaminhamento de menores para empregos e escolas. Entretanto, em função de defasagem orçamentária, a Guarda Mirim necessita de auxílio financeiro.

**REQUERIMENTO N° 1023**

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Ilustríssimo Senhor Doutor Pedro Arthur Sampaio, Digníssimo Superintendente Estadual da Legião Brasileira de Assistência, solicitando auxílio finan-

ceiro para a Creche Nossa Senhora de Fátima, de Nova Cantu.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

JUSTIFICATIVA:

A Creche Nossa Senhora de Fátima de Nova Cantu, após funcionamento por alguns anos em móvel alugado, está iniciando a construção da sede própria. Por este motivo, necessita de auxílio financeiro, uma vez que trata-se de entidade assistencial que presta relevantes serviços ao povo daquela cidade e região.

REQUERIMENTO N° 995

Senhor Presidente.

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Minas e Energia Dr. Aureliano Chaves, solicitando que se procedam estudos, no âmbito de redução do consumo de óleo diesel, em especial no transporte Urbano, Municipal, Estadual e Inter-Estadual.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná, possuirá dentro de pouco tempo uma importante ferrovia, que sem dúvida será a remissão de muitas regiões sócio-econômica pelas quais passará.

O nosso Estado possui a semelhança de outros Estados, uma malha viária de grande envergadura e extensão.

Por elas transitam diariamente toda frota de veículos leves, pesados, de passeio, transportes e outros. Para que parte dessa frota de veículos consiga transportar o progresso, a comida, a produção, são necessários aproximadamente 450.000 barris de petróleo importados, que serão transformados em diesel combustível.

O Brasil não acompanha o desenvolvimento tecnológico que outros países possuem, temos hoje um consumo de 3 litros de diesel para cada litro de gasolina, enquanto que em outras partes do mundo o consumo é de 0,3 litros de diesel para 1 litro de gasolina.

Se permanecer tal situação, dentro de pouco tempo estaremos importando algo em torno de 700.000/750.000 barris de petróleo por dia, isto só para óleo diesel.

O nosso consumo nos dias de hoje, chega às cifras de 12 bilhões de litros, e a continuar tal, teremos essa cifra elevada para 20 bilhões anuais.

Na decodificação dessa estatística, está de 76,4% para o sistema de transporte, 15% para a agropecuária, 7,2% para indústria e 1,4% para outros usos.

O panorama atual nos diz que se as autoridades não tomarem medidas urgentes nesse setor, teremos então uma demanda

consumista desenfreada de óleo diesel nos próximos anos.

O que se pretende hoje é que se encaminhe às autoridades do MME essa documentação, no sentido de ser usado obrigatoriamente o álcool carburante nos transportes coletivos urbano, municipal e inter-municipal, desde que tais preços se tornem factíveis.

O álcool carburante pode, hoje, ser competitivo com o óleo diesel, desde que se obedeça a relação de preço do álcool/preço do óleo diesel seja de 0,75%, baixa quilometragem mensal, inexistência de IPI e maior desempenho do motor OTTO.

Se não forem tomadas medidas urgentes nesse sentido de adaptar a frota de transportes de passageiros e de cargas, dentro de poucos dias teremos uma queima de 2 milhões de óleo diesel por dia ou algo em torno de 12 bilhões de dólares.

O que se faz urgente hoje é que o MME e as autoridades federais, estabeleçam um esquema a curto prazo de estudos de modo que haja um aumento de potência superior a 130 HP, particularmente nos localizados entre 200 e 300 HP, assim como a fabricação de motor de 400 HP.

Outrossim, cabe ressaltar da necessidade de redução dos impostos aos carros leves movidos a álcool, desde que utilizados no sistema de transporte de cargas leves.

REQUERIMENTO N° 996

Senhor Presidente.

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Diretor Geral do DER, Sr. Antônio José Correia Ribas, solicitando que se procedam estudos no sentido de construções de passarelas nas BR's 116 e 227.

Sala das Sessões, em 13.12.88,

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A grande Curitiba vive hoje a síndrome do acidente automobilístico, das vidas ceifadas por motoristas apressados, desatentos e irresponsáveis.

A grande Curitiba é hoje retalhada por rodovias federais, que além de complicarem o nosso sistema viário, permitem um fluxo além do normal de veículos com cargas tóxicas, explosivas, inflamáveis e acima de tudo pesadas, complicando de tal forma a vida do curitibano que hoje é mais prático residir em locais ermos que residir-se em Curitiba.

As rodovias federais, que são as fontes de escoamento das nossas riquezas, propiciam de outra forma o ceifamento de algo muito mais precioso, que são as vidas humanas.

No seu longo e desastroso trajeto, existem verdadeiros pontos negros, onde há um afluxo de cidadãos que se dirigem ao trabalho, às salas de aulas, aos cultos dominicais, aos seus lares, e nesses pontos negros, e que são vitimados por caminhões, ônibus, carros de passeio e motocicletas.

Solicito dessa Mesa, urgência em enviar esse requerimento ao Dr. Antônio José Correia Ribas, Diretor do DER, solicitando sejam construídas passarelas na altura do quilômetro 89/90, da BR 116, no bairro Atuba, município de Colombo e na BR 116, na altura do Centro Politécnico, e também no bairro do Pinheirinho, e na BR 277, que liga Curitiba à Paranaguá, na altura do conjunto residencial Mirante da Serra. Por várias vezes temos presenciado verdadeiros horrores, ao serem vitimadas crianças, velhos e trabalhadores, por falta de um planejamento global responsável em favor do progresso, esquecendo-se o participante mais importante, o homem. E esse homem trabalhador, estudante, profissional da sobrevivência desumana de todos os dias, muitas vezes ao retornar ao seu lar, ao encontro de seus filhos, é violentamente atropelado, quando morto, por veículos, que não têm opção, a não ser passarem por essas rodovias.

Culpa de quem?

Do trabalhador, do estudante, da criança.

Eles não pediram para que essa estrada fosse ali construída. Eles estavam ali antes das rodovias. A solução é bem mais prática do que se pensa, do que se imagina. É necessário uma ação coordenada da nossa Assembléia, no sentido de solicitar através do referido requerimento, ao Diretor Geral, a construção dessas passarelas.

#### REQUERIMENTO N° 997

Senhor Presidente.

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, Dr. Luiz Carlos Jorge Hauly, solicitando que se procedam estudos no sentido de Isenção de ICM para os produtos oriundos de olarias, dentro do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 13.12.88

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

#### JUSTIFICATIVA:

O cúmulo da deslealdade para com o produtor paranaense chega hoje às raias do descabro.

Se de um lado a política de ICM se torna justa para que o Estado possa dar cumprimento aos seus compromissos, não se torna justa na outra ponta a concorrência

que vem sendo praticada de forma concreta, ao se permitir a entrada em nosso Estado, de produtos com fabricantes similares, que aqui vêm concorrer com os nossos contribuintes. Tal tipo de concorrência, quando praticada por particulares pode até ser compreendida, mas quando o é por órgãos públicos, quando não injusta é pelo menos incompreensível.

As indústrias cerâmicas hoje se debatem das dificuldades para poderem sobreviver, quando não são os órgãos federais que promovem reflorestamento no papel, se depara com a cobrança do ICM, para produtos industrializados com a matéria prima, é o barro.

Para se ter uma idéia da situação, estamos de posse de notas fiscais, oriundas do município de São João Batista no Estado de Santa Catarina, onde a Prefeitura de Toledo faz a aquisição de 26.500 tijolos de 6 furos, no valor de Cr\$ 79.000,00. A aquisição de tal tipo de material até seria compreensível, uma vez que para tal se obriga por força de lei, a referida Prefeitura promover concorrência ou licitação. Mas o que nos preocupa é saber que essa aquisição é isenta de I.C.M. enquanto que nossas empresas do ramo, dentro do próprio estado estariam obrigados a recolher tal tributo.

Requeremos a esta Casa de Leis que se revejam os parâmetros legais que norteiam a cobrança do ICM, para com as empresas que fabricam e comercializam produtos oriundos de olarias.

Por um princípio de lealdade, de justiça e de coerência tributária, se faz mister que se reveja tal posição para que não inviabilize tal segmento.

Os ceramistas do Estado do Paraná não suportam duas pressões diretas e constantes. A primeira é a concorrência de outros Estados a segunda, tão contundente e inoportuna praticada pelo nosso Estado.

As duas situações que hoje existem, propiciam em curto tempo o desaparecimento desse setor, favorecendo o surgimento de grandes empresas que trabalham com similares fibro-cimento.

Rogamos aos nobres parlamentares que compõem essa Casa de Leis, que se unam a estes pequenos empresários, a fim de que possamos sanar tal lacuna tão injusta, e que não têm contribuído para o desconsolo desta classe.

#### REQUERIMENTO N° 1005

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, em pleno uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, voto de profundo pesar pelo falecimento do Vereador cartorário e professor de Cambira, Se-

nhor Eros Boscardim, ocorrido no dia 01 de dezembro, em Rolândia, em consequência de violento acidente automobilístico.

Requer ainda que da decisão sejam informados as autoridades locais e os seus familiares.

Sala das Sessões, em 13.12.88

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

JUSTIFICATIVA:

O Professor, cartorário e Vereador Eros Boscardim, viveu durante boa parte da sua vida em Apucarana, onde fez grandes amigos, cuja amizade soube cultivar durante todo o transcorrer da sua vida.

Foi um dos grandes responsáveis pela criação do município de Cambira, cujos interesses sempre defendeu acirradamente.

Todas as obras importantes do Município, Hospitais, Postos de Saúde, Sistema de Água, Rodovia do Milho, Ginásio de Esportes tiveram o apoio e empenho desse ilustre cidadão e homem público, na sua construção.

Das três vezes que foi vereador de Cambira, ocupou o cargo máximo da Câmara Municipal, o Presidente.

Por muitas vezes foi homenageado e o Ginásio de Esportes leva o seu nome e se em vida isso foi motivo de alegria e júbilo para ele e sua família, hoje que ele se foi, servirá para preservar e perpetuar o nome de um homem íntegro e ilustre que faz parte da história de Cambira.

Mas, provavelmente o maior dos seus méritos foi ser grande e leal amigo, bom marido e bom pai.

REQUERIMENTO N° 998

Senhor Presidente.

O Deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Fazenda, Dr. Luiz Carlos Jorge Haully, solicitando que se procedam estudos no sentido de Isenção de Impostos sobre Circulação para os moinhos coloniais que se praticam e prestam serviços de moagem de trigo a nível Colonial.

Sala das Sessões, em 13.12.88

(a) JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

Nos dias de hoje, quando a produção de alimentos se torna questão primordial para a sobrevivência de toda uma nação esfomeada e mal nutrida, não se tem como concordar na cobrança do Imposto Sobre Circulação de Mercadoria, sobre o trigo beneficiado nos moinhos coloniais. Tal prática vem de pronto aviltar os preços desses alimentos nobres para toda uma população rural e circunvizinha aos moinhos coloniais. Já não bastam os altos custos de produção dos insumos, das máquinas e dos combustíveis, agora querem a toda força

cobrar exorbitantes taxas sobre os serviços prestados àqueles que para ali levam sua produção para ser transformada em alimentos que irão sanar sua fome.

Hoje, os moinhos coloniais ressuscitaram, após uma longa fase de obscurantismo praticado pela política errônea dos anos de ditadura, que só beneficiou os grandes, e se não os beneficiou, pelo menos não fez prol. Senhores Deputados:

Como então quer uma nação progredir, se até para se consumir seus próprios alimentos produzido com suor e sacrifício, se cobram impostos?

A época da Derrama, do Império Lusitano, já se faz passada. Por quaisquer que sejam os motivos, não se pode concordar com tal política, se não impatriótica, pelo menos insana, na sua essência e na sua matriz.

O que se quer deixar claro, com o nosso requerimento, é que, ao se prestar um serviço de moagem de trigo destinada ao consumo dos colonos e não ao comércio em geral, não se pode de maneira alguma cobrar ICM.

Outrossim, cabe informar aos famintos por impostos, que o trigo beneficiado nesses moinhos coloniais, são bem mais nutritivos e sadios para a população, que os outros que são colocados à disposição da população.

Senhores Deputados:

Não concordamos em hipótese alguma com essa política. Ou querem tais autoridades que os nossos agricultores entreguem sua produção de trigo aos conglomerados moageiros, e depois se dirijam aos supermercados, para adquirirem farinha de trigo vinda de locais distantes, encarecidas com custos de embalagem, impostos, propagandas, transportes e outros mais?

Não seria o cúmulo da loucura?

Paga-se para produzir. Paga-se para comercializar. Paga-se para consumir o próprio alimento, que foi produzido na lavoura. O que mais querem que se pague?

Ou querem que nossos colonos, modifiquem seus hábitos alimentares?

Hoje no Estado do Paraná, e em especial no Sudoeste do Paraná, existe tão somente um moinho industrial, que mal dá conta de abastecer a cidade onde está instalado. Os moinhos coloniais, todos juntos, não conseguem fazer a mínima concorrência com tal moinho, mas atendem a população que se formou em torno dele, não somente beneficiando o trigo, como também fornecendo farelo de trigo, que é empregado na alimentação dos animais.

REQUERIMENTO N° 1020

Senhor Presidente.

Circula a notícia de que o Governo Es-



estadual estaria disposto a atrasar o pagamento dos reajustes a que tem direito o funcionalismo público estadual.

Não há dúvida que isto se constitui numa temeridade. A inflação acelerada corrói o valor dos salários de maneira a tornar insuportável a sobrevivência dos servidores.

Diante deste quadro preocupante, torna-se imperativo que, pelo menos, o que é devido seja pago em dia.

Por isso, REQUEIRO, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Fernandes Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando empenho no sentido de autorizar o pagamento dos reajustes devidos ao funcionalismo em dezembro e os posteriores, juntamente com os respectivos salários.

Requeiro, finalmente, o envio de cópia deste expediente aos representantes das entidades dos servidores públicos paranaenses.

Sala das Sessões, em 13.12.88

(a) PEDRO TONELLI

#### REQUERIMENTO N° 1026

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Mário Lopes dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, encarecendo a necessidade de se resolver, com a máxima urgência, o problema da Comarca de Nova Esperança, no Noroeste do Estado, que se encontra sem Juiz de Direito Titular há mais de quatro anos.

Sala das Sessões, em 13.12.88

(a) BASÍLIO ZANUSSI

#### JUSTIFICATIVA:

Nova Esperança, comarca de entrância intermediária e sede de Seção Judiciária, está sem Juiz de Direito Titular há mais de quatro anos. Mais precisamente, desde o afastamento da Senhora Juíza de Direito Maria Homi Kinashi, que responde a processo administrativo perante a Corte de Justiça Estadual. Tal processo aguarda há anos uma decisão do Tribunal de Justiça. E enquanto nada se decide, a Comarca tem sido confiada a Juizes substitutos, logo transferidos por remoção ou promoção, com evidentes e sérios problemas para toda a coletividade, como aconteceu ainda agora, por acasão das eleições municipais. Tanto na sede como em outros municípios subordinados à Comarca de Nova Esperança, ocorreram irregularidades graves, que acabaram por macular e eivar de vícios o processo eleitoral, sem que uma providência pronta e enérgica pudesse ser adotada.

Em Atalaia, para citar apenas um exemplo, as transferências irregulares de

eleitores chegaram a ser objeto de representação ao Tribunal Regional Eleitoral, mas a própria determinação do TRE não chegou a ser cumprida com o rigor que os fatos exigiam, justamente devido a ausência de um Juiz titular na Comarca.

Por outro lado, o Deputado que o presente subscreve, já se dirigiu ao Tribunal de Justiça, pedindo uma solução, que até agora não ocorreu. Além de contatos pessoais, dois ofícios foram dirigidos àquela Corte de Justiça, reclamando uma solução, o que, aliás, também foi objeto de notícias veiculadas por diferentes órgãos de divulgação da Capital e do Interior do Estado. Com um desses expedientes, foram encaminhadas cópias de ofícios de entidades representativas de Nova Esperança, como a Associação Comercial e Industrial, o Lions e o Rotary Clube, todas encarecendo a necessidade de uma solução para o problema e enfatizando "ser inadmissível que uma Comarca de entrância intermediária e sede de seção judiciária como a nossa, com grande movimento forense, se encontre há tanto tempo sem Juiz titular e o Poder Judiciário venha indefinidamente procrastinando a solução da questão".

Vê-se pois, que não se trata de uma simples questão pessoal. Longe disso, é um problema grave, que afeta toda a comunidade e que, por isso mesmo, está a exigir uma tomada de posição.

Dáí, a certeza de que, assim entendendo, os nobres Senhores Deputados darão a este requerimento o respaldo necessário a fim de que esta Casa se dirija ao Tribunal de Justiça, encarecendo a necessidade de uma providência imediata, por parte do Poder Judiciário, para normalizar a situação da comarca de Nova Esperança.

Afinal de contas, o que está em jogo é a sorte de muitas pessoas, bem como o próprio conceito e bom nome da Justiça paranaense.

#### REQUERIMENTO N° 1002

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja transcrito nos Anais desta Casa, matéria jornalística do Professor JOÃO FEDER, publicada no Jornal "Gazeta do Povo", dia 04 de dezembro do corrente ano, conforme anexo.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) NESTOR BAPTISTA

#### Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 090/88

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

RESOLVE:



Art. 1º - Fica susgado, nos termos do disposto § 3º do artigo 12 da Constituição Estadual, o Processo de Ação Penal, objeto de citação oficiada pelo Tribunal de Justiça sob nº 186/88 e protocolado sob nº 2535/88 da C.J. da Procuradoria Geral da Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, em que é indiciado o Deputado Paulino José Delazeri.

Parágrafo Único. - O Presidente do Poder Legislativo dará ciência ao Presidente do Tribunal da Justiça da presente deliberação, para que determine sua imediata aplicação.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 338/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a transferir da Companhia Paranaense de Energia - COPEL para a Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR e as Companhias de Habitação dos municípios paranaenses toda a cinza de carvão volatizado, oriunda do carvão queimado na Usina Termo-Elétrica de Figueira.

Art. 2º - As referidas transferências deverão ser entregues às Prefeituras Municipais desde que apresentados projetos de construção de moradias para a população de baixa renda.

Art. 3º - É vedada a utilização da cinza de carvão volatizado - oriunda do carvão queimado na Usina Termo Elétrica de Figueira para outro fim que não o descrito nesta Lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

Há mais de 100 anos é utilizada a cinza volatizada, oriunda do carvão queimado, para a construção de casa na URSS e o engenheiro Nicolau Wasczynskyj dá a receita da sua aplicabilidade na construção civil.

Aqui no Brasil, os técnicos do Instituto de Administração e Tecnologia da Fundação Universidade de Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul, aprimoraram o produto e concluíram que os blocos de concreto celular apresentam características físicas e mecânicas bem superiores aos produtos tradicionais (tijolos de barro).

A avaliação dos protótipos construídos levou-os a afirmar que o desempenho do

produto, em condições de uso, é bastante satisfatório. Além de não apresentar problemas patológicos, confere à habitação conforto térmico e acústico superiores aos processos convencionais.

Na Usina Termo Elétrica de Figueira já existe uma grande quantidade de cinzas pois desde 1963 o produto está sendo armazenado e produz-se diariamente uma outra quantidade que servirá para diminuir sensivelmente o custo da habitação para a população de baixa renda no PARANÁ.

As razões aqui explícitas nos conferem a oportunidade do presente Projeto de Lei, o qual resultará em maiores benefícios à coletividade e para o qual solicitamos o apoio dos nobres pares.

PROJETO DE LEI Nº 339/88

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao cantor e compositor Francisco Buarque de Hollanda.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.12.88.

(a) DOMINGOS SCARPELLINI

#### JUSTIFICATIVA:

A música popular brasileira, como de resto toda a produção cultural do país, foi afetada pelo descaso de sucessivos governos quando não pela pura e simples repressão das últimas duas décadas.

A nossa música popular, especialmente, sobreviveu apesar das condições precárias e negativas, embora muitos valores artísticos tenham sido impedidos de florescer, pelo papel inibidor, castrador e desestimulante exercido pelo Estado. Entretanto, nenhuma força foi o bastante para ofuscar o brilho de alguns artistas vigorosos e persistentes que produziram o que de bom e positivo se resguardou na música popular brasileira, dentre os quais distingue-se Francisco Buarque de Hollanda, conhecido pelo carinhoso apelido de Chico Buarque de Hollanda.

Carioca, natural do bairro do Catete, onde nasceu em 19 de julho de 1944. Desde cedo revelou vocação para a música, influenciado pela irmã Heloísa Helena. Sendo que sua primeira composição foi aos 15 anos. Personalidade marcante e dona de extraordinária sensibilidade, nunca limitou seu universo criativo a imposições ditadas pelo momento. Deixando até de receber homenagens ou honrarias quando estas contrariavam seu próprio ideal de vida.

Seu repertório musical retrata não só os anseios de liberdade e justiça do povo

brasileiro mas retrata os legítimos anseios de todos os povos latino-americanos.

Empresta a sua trajetória de vida, valiosa contribuição à cultura brasileira, perseguindo o idealismo de seu ilustre pai, o renomado historiador Sérgio Buarque de Hollanda.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Lido o expediente, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Mais uma vez ocupo a tribuna e como de praxe para fazer algumas observações do que vem ocorrendo na área da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Não posso, indiscutivelmente, negar, e quero crer que é do conhecimento de todos os companheiros e desta querida comunidade paranaense, que a Segurança Pública do Estado do Paraná está em crise, vejam bem, em crise. Há um descontentamento por parte do sistema no que diz respeito a busca salariais. Há um descontentamento a nível de Instituição sobre seus respectivos Comandos.

Até poderia dizer, a essa altura, que a Chefia do Sistema de Segurança Pública está para o Paraná assim como o Presidente Sarney está para o Brasil no que diz respeito a crédito, competência e responsabilidade.

Poderia, a rigor, e já deveria ter feito isso há muito tempo como Presidente da Comissão de Segurança Pública desta Casa, e a responsabilidade assim me confere e a autoridade assim me faculta, solicitar a abertura de uma CPI dentro desta respectiva área; até por que por muito menos nesta Casa instalamos várias CPIs. Não faço ... e aqui recomendo ao Sr. Governador do Estado que passe a tomar algumas providências no sentido de chamar a Pasta para ver o que é que está acontecendo realmente. Lembro-me que foram requisitos básicos de Sua Excelência quando da escolha do seu assessoramento. Requisitos como: probidade, proficiência e competência. Pode ser que tenha os dois primeiros requisitos, mas competência está deixando a desejar a representação da respectiva Pasta assim como de um determinado Sistema da Polícia Militar. E aí está um estado de coisa que preocupa toda esta querida comunidade e em especial este companheiro.

Hoje, dentro da Polícia Militar, verdadeiros desentendimentos de indisciplina vêm a ferir todo o sistema, cujos reflexos estão prejudicando toda a missão de guarda, vigilância e segurança de toda a comunidade. Estamos no fim de ano, um ano difícil, onde as coisas por si só se avolumam e necessitam, de pronto, tomar alguma

Curitiba, terça, em 13.12.88

responsabilidade. Quando as coisas chegam a esse nível, quero crer, não há mais razão de ser que não seja uma retomada a fim de procurar com mais seriedade e rigor ... porque, lembro-me também, tem sido o Governo Álvaro Dias de austeridade e nesta área não tem austeridade necessária, razão pela qual disse, eu, não pague para ver, Governador, eu o estimo bastante e peço toda a atenção necessária para esse aspecto. É muito sério, Senhores.

Assim, deixo aqui minha conclamação para guardar e se assim não for vou encaminhar junto aos pares um requerimento solicitando então, e já foi comentado a nível de jornais, a instalação de uma CPI dentro desta área, sob pena de termos problemas. Vamos viver aí um momento difícil, ano que vem temos sucessão presidencial e o que está acontecendo deixa o Paraná num clima de intranquilidade.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Obrigado!

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado José Rogério Carvalho.

O SR. JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Repete-se a nível federal os erros de "Reformas".

Quando o Governo Federal resolveu de uma só tacada extinguir o BNH, por considerá-lo um grande empecilho para a máquina administrativa nunca pensou que tal atitude estaria criando um grande "trambolho" para ele mesmo, e conseqüentemente para os brasileiros e funcionários do BNH.

Agora vem novamente o governo federal, de forma disfarçada, alterar a política do trigo com o intuito único de beneficiar os triticultores da Argentina e do Uruguai.

Sob o pretexto de que um gasto, um comprometimento da parte do Tesouro Nacional existe, as autoridades governamentais decidem, sem consultar os interessados, privatizar a comercialização do trigo.

São jogados no ralo da incompetência todos os anos, os meritórios, trabalhos e pesquisas até então elaborados pelo Departamento de Comercialização de trigo do Banco do Brasil - Ctrín -. Está-se sacrificando uma classe que sempre atendeu ao apelo do Ministério da Agricultura para que plantassem trigo, e que alcançasse a auto-suficiência deste cereal, pois o mesmo garantiria a compra. Investimentos pesados com maquinários, implementos, conservação de solo, fosfatagem, calcareamento, plantio direto, uso de técnicas modernas no combate à doenças fúngicas e bacterianas; foram desenvolvidos novos cultivares mais produtivos e mais resistentes às

doenças. E para que tudo isso?

"Plante que o Governo garante".

Para atender um chamamento de princípios honestos e patrióticos do governo federal, para se evitar a evasão de divisas, na compra de trigo canadense, americano, francês, e até argentino.

E por que tudo isso?

Para que nos tornássemos auto-suficientes, para podermos alimentar nossos irmãos com produtos produzidos por nós mesmos.

Para podermos dar um incremento maior no parque industrial de máquinas destinadas ao plantio de grãos e à sua colheita.

Para que pudéssemos colocar à mesa dessa população sofrida, um produto mais barato, e acima de tudo brasileiro.

E agora como ficamos? Ficamos como na anedota do pintor e da escada. Tira-se a escada e o pintor fica pendurado no pin-cel.

O Governo simplesmente sai do mercado comprador, deixa ao "Deus dará" todos os que investiram e acreditaram, que prestigiaram o Governo Federal. E o que se faz do Ctrin?

E o que vai-se fazer das cooperativas, que investiram milhões de cruzados na ampliação e adequação de seus silos, armazéns e secadores, para procederem à inter-nação de safras?

E o que se faz agora que o Estado do Paraná detém, uma tecnologia avançadíssima na pesquisa do trigo, reconhecida mundial-mente?

Tudo isso só tem uma explicação. Matar a mingua o produtor, o consumidor, o moa-geiro, o panificador. Do outro lado da questão, temos o fator positivo, que é o de estimular o plantio de trigo em outros países, onde o subsídio é algo impres-sionante e vultuoso. Onde os agricultores são estimulados a plantar cada vez mais, para exportarem para países como o Brasil, e se beneficiarem da remessa de libras, dóla-res, marcos e outros tipos de divisas.

Ao se privatizar a comercialização do trigo, o governo está mexendo com uma coisa muito séria. Está deixando de lado uma questão de fundamental importância, que é a segurança que o consumidor terá de em adquirir o seu pão de cada dia produzido por nós mesmos. Que o agricultor terá a certeza de que não será prejudicado por flutuações do mercado internacional ou ou-tras anormalidades, que possam vir a ocor-rer em outros países produtores e expor-tadores. O subsídio não mais existe.

O Governo faz questão de não presti-giar quem produz, quem garante o abasteci-mento interno, com o comprometimento de seu capital e de seus patrimônios quando não de seu dinheiro, pois parte dos cus-teios das lavouras de trigo são financia-

das somente em 70%.

A grande indagação que se faz nesse momento é a seguinte "A quem interessa tal política?" Interessa tão somente aos gran-des empresários estrangeiros, aos grandes monopolistas exportadores.

Justamente agora que estamos a poucos passos da "auto-suficiência" o Governo Fe-deral resolve mudar as regras do jogo.

Pergunto desta tribuna, pergunto aos burocratas de Brasília, "os complexos moa-geiros do país estão hoje, suficientemente equipados para armazenarem toda a produ-ção? O que irão fazer as cooperativas, com os altos investimentos praticados a se adequarem para receber o trigo?"

Tudo irá por água abaixo, tudo irá pe-lo ralo da incompetência burocrática. A nossa preocupação não é de hoje. Quando o Ministério de Relações Exteriores, firmou o acordo com a Argentina para a comercia-lização em bases igualitárias de produtos primários, já antevíamos que os nossos produtores seriam prejudicados. Primeiro por que na Argentina, não existe O.T.N. Fiscal, que é usada para cobrar os débitos dos triticultores, assim como o uso da OTN mensal para os que se utilizam das opera-ções de A.G.F.

O Brasil está preste a assistir uma "Operação Desmonte" ao contrário daquilo que está dando certo, que deu provas ca-bais de competência, de agilidade nas de-cisões, justamente agora, resolve-se pri-vatizar a compra do trigo.

Faço uma sugestão:

Privatizem o I.A.A. o I.B.C.

Por quê?

É só dar uma olhada nos jornais, onde estampam os rombos provocados pelos usi-neiros no Estado de Alagoas.

Por ventura o trigo provocou a quebra de algum banco? Por ventura o trigo provo-cou o fechamento de algum Banco Estadual? Os triticultores, as cooperativas, os moa-geiros os técnicos melhoristas de trigo e os consumidores devem ser ouvidos, devem ser consultados, devem acima de tudo ser respeitados.

Se já estamos a poucos passos da auto-suficiência, por que iremos tolher de forma tão brutal e tão radical, essa aspi-ração de sermos dentro da oitava economia do mundo auto-suficientes em trigo?

Lançamos desta tribuna um apelo, para que os nossos pares nos auxiliem a evitar tal barbaridade, em favor de produtores estrangeiros, e em prejuízo de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Aribal Khury) Encerra-do o Grande Expediente, no Horário das Lideranças consulto a Liderança do PDS se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulto à Liderança do PDC, se fará uso do seu horário.

(Declina).

Consulto à Liderança do PFL, se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Ocupou espaços com destaque da imprensa paranaense, a solenidade realizada 5.<sup>a</sup> feira, dia 8, na Sede da Associação das Empresas da Cidade Industrial de Curitiba.

Foi uma homenagem prestada às personalidades da Associação e seus ex-Presidentes, com inauguração de uma galeria de fotos desses empresários.

Na ocasião, entre outros, foram homenageados Jaime Lerner, José Eduardo de Andrade Vieira, João Elísio Ferraz de Campos e Jaime Canet.

Quanto ao Presidente do Bamerindus, Senhor José Eduardo de Andrade Vieira, falou em nome dos homenageados, e deixou clara a intenção na participação dos empresários do Paraná na Política Estadual.

Aliás, o Senhor José Eduardo, chamou à atenção dos empresários presentes para essa participação, e além das nossas fronteiras, não só se restringiu ao Estado como também a toda a Nação. E criticou fortemente o Governo e frisou: é hora de mudar as velhas posturas e trocar a passividade pelo envolvimento e assim começar edificar a Sociedade forte e capaz, controlar o Estado e etc...

O Deputado Federal Paulo Pimentel, no Programa na Televisão do Canal 4, de sua propriedade "Jornal do Meio-Dia", ontem Deputado de meu Partido, ex-Governador, homem da maior importância e significação política do Paraná, no seu comentário que fez ontem ou anteontem, disse que alguns empresários do Estado do Paraná, estavam organizando uma ação contra o Governo do Senhor Álvaro Dias, no sentido de tumultuar, de criar problemas, dificuldades, ao Governador Álvaro Dias. E eu discordo Senhores Deputados, da colocação que fez o meu ilustre companheiro Paulo Pimentel no seu programa.

O que nós não podemos concordar é que continue no Paraná a existir uma espécie de Partido Único, onde quase todas as Prefeituras, antes das eleições pertenciam ao PMDB, onde quase 2/3 dos Senhores Parlamentares nesta Casa são do PMDB, e somam-se algumas bancadas outras que dão apoio ao Senhor Governador do Estado, são verbas vultuosíssimas colocadas à disposição do Senhor Governador, para divulgar as suas obras, seus feitos à exaltação da sua personalidade e de sua pessoa, na condição política.

Quer dizer, o Governador do Estado e o Governo do Estado, tem no Paraná todo o tipo de apoio necessário e até mais do que o necessário, para a referência que foi feita a esses empresários que estariam coordenando uma ação anti-governo, são evidentemente as pessoas dos ex-Governadores Jaime Canet, João Elísio e do Prefeito eleito Jaime Lerner, e do Presidente do Bamerindus, Senhor José Eduardo Vieira.

Senhores Deputados, ouço também que desta Casa, surgirá a nova Bancada do PSDB do Paraná. Ela virá com cerca de 7,8, Parlamentares.

Que bom! Há entendimento meu de que esses empresários prestam grande serviço, uma grande contribuição à democracia do País e muito particularmente ao Estado do Paraná. É preciso que se crie no Paraná condições para que haja não oposição do Governo do Estado, à sistemática, contra tudo, porque estes mesmos empresários foram importantes peças na eleição do Senhor Álvaro Dias, do Senhor José Richa, e para eleição de tantos parlamentares que aqui estão e também no Congresso Nacional. Divirjo totalmente deste raciocínio. É preciso que tenhamos mais empresários, que se coloquem nesta posição não de oposição, mas de outro partido que não seja o PMDB. Por que não? É bom que isso aconteça nas federações de trabalhadores, de empresas, de empresários, a exemplo do que estamos aguardando acontecer no Paraná, a presença da Bancada do PSDB, denominado de "Tucanos". É preciso que se acabe, aqui, o Partido Único.

As verbas destinadas ao Governo do Estado para publicidade somam também um valor, que esta Casa não conseguiu saber até hoje da informação correta, de quanto se gastou nos últimos anos com a promoção dos últimos Governadores, que passaram e que estão passando por aí.

Lembrou o Deputado Edmar, há poucos dias, desta Tribuna, que o Governo do Estado, do atual Governador num entendimento de cavalheiros, parece-me, estabeleceu-se um "quantum", um percentual do jogo-do-bicho, que se pratica no Paraná e é depositado numa determinada conta para assistência social, no Paraná. Acabou o entendimento. Não se fez mais os depósitos. Não se sabe do dinheiro, para onde foi. "E o dinheiro, para onde foi?" Perguntava o Deputado Edmar. Uma pergunta que nós todos fazemos. Fazemos todos os dias, das dívidas do Paraná, interna e externa e que se fala no pagamento de dívida vencida, a começar do ano que vem, que seria de 25%, uma proposta feita pelo Governo Federal. Depois a comissão mista de orçamento reduziu, depois de tanta discussão, para cerca de cem milhões de dólares, para os Estados do Sul e inclusive do Rio de Janeiro. Mas,

pagar como? Se nós, a cada dia, estamos votando leis autorizatórias para se obter lá fora dólares e mais dólares.

Por isso, Senhores Deputados, não podia acontecer ao Paraná fato da maior significação política do que a manifestação destes empresários e tantos outros que a eles se juntarão para a formação de um novo Partido ou o fortalecimento de alguns Partidos já existentes. É preciso que aconteça. Nós ouvimos há poucos instantes o Deputado Raul Lopes, integrante da Bancada Governista. E não é a primeira vez que ele vem de público, na Tribuna, reclamar a ação do Governo com relação à segurança do Estado. E ele fala em intranquilidade, em descontentamento geral. Falou Sua Excelência até no pedido e na formação de uma CPI, nesta Casa, para se verificar o que está acontecendo na área do Governo do Estado, com relação à segurança.

Por isso, prezados Parlamentares, não podia deixar de fazer este registro, da oportunidade, do surgimento de forças empresariais, trabalhadores, político-partidárias, sejam eles quais forem. É preciso que no Paraná haja uma oposição, repito, não sistemática. Mas, é preciso que realmente, para que seja um Governo de transparência, a Oposição tenha voz.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PL se fará uso do seu horário.

Com a palavra, o Senhor Deputado Ezequias Losso.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O resultado divulgado pela Secretaria de Saúde a respeito das investigações das mortes de 15 crianças pela alimentação parenteral não esclareceu absolutamente nada.

Foi anunciada a causa da contaminação, mas nada ficou definido sobre que punições serão aplicadas aos responsáveis. Tudo ficou no ar.

Foi afirmado que as mortes forem causadas pela alimentação parenteral contaminada. Foi comprovado; foi afirmado que a contaminação se deu por bactérias; foi confirmado, mudando apenas o tipo de bactéria que inicialmente se suspeitava; havia hipótese de que a contaminação se tivesse dado através de um dos componentes da solução. E isso também foi confirmado.

Era o Sulfato de Magnésio produzido pelo Laboratório do Hospital Nossa Senhora das Graças.

Agora a Secretaria de Saúde depois de comprometer a credibilidade de um dos hospitais mais sérios e responsáveis de Curitiba foi dizer que houve falha na manipu-

lação, o que ajudou as bactérias a se reproduzirem.

A verdade portanto, é que o produto estava contaminado, pois se assim não fosse, nenhuma criança teria morrido.

Queremos, não só pedir providências para punir os responsáveis, coisa que aliás, é caso de polícia já que o dito Laboratório nem sequer tem licença do Ministério da Saúde para funcionar.

Queremos uma completa revisão nos critérios de avaliação dos serviços de saúde em todo o país. Temos visto a própria Associação Médica Brasileira fazer denúncias da precariedade da situação. Não podemos permitir que a situação, como a morte das crianças, se repita e nem podemos dormir tranquilos imaginando que outros muitos casos semelhantes possam estar acontecendo sem que haja qualquer fiscalização.

Voltamos a afirmar que a morte das crianças ocorrida em Curitiba no Hospital Pequeno Príncipe é apenas a ponta de um Iceberg.

Na verdade o que se vê é uma situação caótica onde reina o descontrole e a instabilidade.

Com que tranquilidade podemos levar nossos filhos a hospitais se corremos o risco de trazê-los mortos de volta para nossas casas?

Precisamos de garantias. A questão é muito delicada. Precisamos recuperar a credibilidade dos serviços de saúde no Brasil. E a única maneira de conseguirmos esse intento, é realmente levando a questão a sério. Precisamos cobrar do Governo, tanto Federal como Estadual, medidas eficientes para resolver o problema. E certamente não é divulgando o sucesso do sistema integrado de saúde que vamos conseguir mudar alguma coisa, já que é público que isto não está dando certo.

Era só, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PDT.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhoras Deputados.

O Deputado Raul Lopes usou a tribuna hoje para falar a respeito da situação em que se encontra a gloriosa Corporação da Polícia Militar, e eu venho também a esta tribuna, para dizer da minha preocupação por esta situação, porque afinal de contas, temos sido procurados constantemente pelos integrantes da Polícia Militar, tanto a nível de soldado, cabo, sargento, como até mesmo a nível de oficiais daquela corporação. E, o descontentamento é muito grande, parece-me que as coisas não estão bem sintonizadas entre o comando da Polí-

**cia Militar, a Secretaria da Segurança Pública e o Governo do Estado do Paraná.**

Lamentavelmente, nos últimos dias, temos constatado emprego até de atos que eram comuns, na época da ditadura quando um militar se pronunciava, dava alguma declaração, era normal mandá-lo à prisão, coisa que não se admite mais, nos dias de hoje, quando estamos aí, em plena democracia, numa Nova república, e exatamente em razão de que aqueles que combatiam a ditadura, hoje pregam esta ditadura, mandando prender oficiais, sargentos, porque se manifestam a respeito da insatisfação em relação ao salário!

O Coronel José Fernando Busnardo de Mello, está preso por 15 dias, na Polícia Militar, por ter dado entrevista dizendo da atual situação salarial da Polícia Militar.

Hoje, um outro manifesto é divulgado à imprensa, de autoria do Coronel José Francisco da Silva. Será que este também vai preso?

O manifesto diz o seguinte: "Outro manifesto, Sr. Governador. Creio que o Governo de Vossa Excelência já mostrou bastante o quanto está aviltada a Polícia Militar do Estado do Paraná, até quando as urnas das eleições passadas soaram como uma trombeta anunciadora de que alguma coisa está errada e de que muita coisa precisa mudar.

A maneira sorna como são tratados os problemas que nos afligem, demonstra o desinteresse pela nossa classe.

Há mais de um ano que a Polícia Militar, através do comando de suas classes representativas, vem mostrando a mutilação que estamos constantemente sofrendo, quer quanto aos meios de trabalho, quer quanto à nossa remuneração. Dificultar tais meios, para as nossas unidades, ou negar a sobrevivência de seus integrantes, penalizar, indiretamente a sociedade.

Agora, até a nossa hierarquia, mola mestra que nos impulsiona, vem sofrendo sérios desgastes, quando deparamos com a situação de superiores, com menor remuneração que as pagas a subordinados, tudo dentro do nosso contexto castrense. E, onde fica a disciplina, nosso santuário intocável? É preciso, a todo custo, preservar os pontos básicos de nossa instituição.

A idiossincrasia, demonstrada por dirigentes de seu governo com relação à classe de servidores militantes, deste Estado, expressa uma verdadeira militofobia, que faz vergar a secular árvore que é a Polícia Militar, cuja história, por certo, tais pessoas desconhecem! Porém, apenas vergou, pois a nossa Corporação com 134 anos de lutas e glórias, muitas e muitas vezes tintas com o próprio sangue de seus

Curitiba, terça, em 13.12.88

integrantes, tem cerne e não é interferência de poucos que vai derrubá-la.

Refiro-me ao vilipêndio que vem sendo infligido à tropa, menosprezando-a, tentando reduzi-la à condição de desprezo da patente de oficial que a Constituição nos confere.

Não é justo que uma corporação que tantos serviços tem prestado ao Estado, sofra tantos impropérios. Ao assinar estas linhas, o faço pelo amor que tenho à Polícia Militar do Paraná, em cuja defesa não meço nenhum sacrifício.

Curitiba, 12 de dezembro de 88. - José Francisco da Silva, Coronel da Polícia Militar do Estado do Paraná."

Que as coisas não andam bem é público e notório. O que é necessário, no entanto, é fazer com que a Secretaria de Segurança Pública, a Secretaria da Administração realmente mantenham um diálogo aberto, franco, com a Polícia Militar do Estado do Paraná. Porque, se houve esta mesma abertura à Polícia Civil, e nós não queremos, de maneira alguma, criar um choque entre as duas Corporações, entre a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Por isso nós conclamamos aos Srs. Parlamentares, representantes da Bancada do Governo do Estado do Paraná, para que leve a Sua Excelência o Sr. Governador, a preocupação dos Parlamentares desta Casa, daqueles que vive diretamente ligados às classes, às categorias da Polícia Militar e da Polícia Civil.

Nós sabemos das dificuldades que estas duas categorias passam. E lembramos até, que na campanha de 86 era comum nos palanques se falar em prioridade à Segurança do Estado do Paraná.

E com relação a esta segurança, é que nós conclamamos que os Pares desta Casa levem a Sua Excelência o Sr. Governador a posição, a preocupação nossa, a preocupação dos Parlamentares desta Casa, independente de cor partidária, a preocupação da população curitibana que sofre constantemente os assaltos, os roubos, enfim, toda a espécie de insegurança.

Ainda hoje, pela madrugada, próximo a Maringá, um ônibus de turismo foi assaltado, 36 passageiros foram saqueados. Um deles, ao reagir, um baiano, acabou tombando morto. É a insegurança que impera neste Estado, e por isso conclamamos o Sr. Governador que dê uma olhada, com muito carinho, à área da Polícia Militar, como deu também à área da Polícia Civil.

É a nossa posição, a posição da bancada do PDT, solidária ao movimento da Polícia Militar do Estado do Paraná.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Pela Ordem) Sr. Presidente, só um instante, fazendo das palavras do Deputado Algaci



Túlio e do Deputado Raul Lopes, eu recebi esta noite, mais ou menos às 23 horas, um manifesto anônimo. Parou uma rádio-patrolha no hotel e me deixou um manifesto relatando sobre a prisão do Coronel Melo.

Eu mandei minha equipe entrevistá-lo. Conseguimos fazer uma grande entrevista com o Coronel Melo que está preso. Ele deverá falar amanhã em rede estadual, no meu programa, o porquê da sua prisão e o porquê que ele está conclamando por melhores salários à Polícia Militar do Estado do Paraná.

Corria boatos de que estaria para ser trocado o Comandante da Polícia Militar, estariam estudando nomes, e também do Secretário de Segurança Pública.

A minha indignação, Sr. Presidente, neste pedido que faço à Mesa, é que estariam escolhendo entre uma lista um ilustre homem, meu particular amigo, um ilustre empresário, um ilustre cidadão londrinense, que é um dos diretores da Companhia Cacique de Café Solúvel, Dr. Fernando Ulhôa Cintra, o qual tenho a satisfação de ter no rol de amigos.

Mas é um empresário dedicado ao ramo cafeeiro. Se ele fosse convidado até para ser um Secretário da Indústria e do Comércio, da Agricultura, até concordaria. Agora, convidar um homem que é dedicado ao ramo cafeeiro para ser Secretário da Segurança Pública, isso é uma brincadeira, é um desrespeito, eles querem me machucar, querem brincar com esta Casa, querem brincar com os meus votos e com os votos dos senhores.

O Doutor Fernando Cintra, como eu disse ontem no meu programa de televisão, é uma pessoa idônea, de respeito, todos nós o conhecemos. O Doutor Fernando Cintra é uma pessoa maravilhosa, uma pessoa de respeito, ele deveria ser convidado sim para fazer parte da Secretaria de Planejamento, ou da Secretaria da Indústria e Comércio. Agora, onde se viu senhores, eu sou um repórter policial com muita satisfação e com muito orgulho, como é o Deputado Algaci Túlio e outros companheiros que ocupam a área política. Eu vivo polícia, a minha Universidade da vida foi o plantão de uma delegacia de polícia. Eu acho que para ser Secretário da Segurança tem que saber o que é um ... Primeiro onde dorme um tira no plantão de uma Delegacia de Polícia, o Secretário tem que saber o que quer dizer "corrô", tem que saber o que é uma viatura, tem que conhecer uma viatura por dentro para ser Secretário de Segurança. Então, eu espero, se houver mudanças, que ocorram; eu não concordo, gostaria que o Secretário Antônio Lopes de Noronha terminasse de colocar em prática os seus projetos, mas na área de segurança há necessidade de dinheiro, e nós não temos. Então,

aqui, eu endosso as palavras do Deputado Raul Lopes, as palavras do Deputado Algaci Túlio, realmente há necessidade e uma preocupação a respeito do problema que está ocorrendo na Polícia Militar do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra a representação do PTB.  
(Declina)

Com a palavra a representação do PMDB.  
Deputado Scarpellini com a palavra.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI. - Senhor Presidente, Senhores Deputados, estamos hoje apresentando a esta Casa dois Projetos de Lei; um que concede o título de cidadão honorário do Paraná ao cantor e compositor, Francisco Buarque de Holanda, pelos relevantes serviços prestados à cultura, à causa da Democracia e à luta dos povos. Entendemos que o nosso Chico Buarque mereça, aliás, quem vai ser homenageado em concedendo esse título a esse cantor e compositor é o Paraná, o Paraná sim vai ser o homenageado.

O outro Projeto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é um Projeto que tem um cunho social muito grande, ele autoriza o Poder Executivo a transferir a Companhia Paranaense de Energia Elétrica - COPEL, - toda a cinza de carvão volatizado da Usina de Figueira para a COAPAR, para que as cinzas de carvão adicionada em mais de 40% em substituição ao cimento possa ser utilizada na construção de moradias para a população de baixa renda desse Estado.

Esse Projeto foi objeto de um estudo, inclusive técnico, que foi elaborado pela Universidade de Caxias, pelo engenheiro russo Nicolai Wachowicks, que já vem há mais de 50 anos utilizando a cinza de carvão em substituição ao cimento. Tivemos uma reunião com o Governador, e colocamos a ele o alcance social dessa proposta, pois a COPEL tem armazenada na termoeletrica de Figueira uma verdadeira montanha de carvão, de cinzas de carvão, sem utilização alguma. Estas cinzas agora serão transferidas para a COAPAR e às companhias de habitação dos Municípios, para contribuir no barateamento das casas para a população de baixa renda.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, quando veio para esta Casa a discussão sobre a questão de Salto Segredo, uma das coisas que realmente me deixou estarrecido foi a COPEL que detém milhares de toneladas de cinzas de carvão volatizado na usina de Figueira estava comprando da SUDESUL uma quantidade muito grande para ser utilizada na construção de Salto Segredo. Essa cinza que a COPEL estava comprando virá de Criciúma e vai custar uma fortuna aos cofres da COPEL, o transporte e o custo da

cinza enquanto nós temos a cinza aqui armazenada há mais de 25 anos no Estado do Paraná.

Esses projetos, espero que os Senhores possam ajudar na tramitação e aprová-los porque são realmente projetos que são de alto interesse para nossa população.

Eu gostaria nesta oportunidade dizer que me despeço da Assembléia, vou assumir a Prefeitura de Apucarana, e espero que os trabalhos que a Assembléia vem desenvolvendo de se fazer uma Constituição moderna, uma Constituição justa para o povo paranaense, seja concretizado. Ao mesmo tempo, Senhor Presidente, Senhores Deputados que eu lamento profundamente que as leis que nós fazemos neste Parlamento muitas vezes não são cumpridas nem aqui, nem nesta Casa. O meu filho, o Tiago, o caçula de três anos de idade foi uma das vítimas do desrespeito das leis que não são cumpridas nesta Assembléia. Na semana passada precisava ele e mais os outros dois filhos, a Taís e o Talles, de um atestado médico para poder freqüentar uma determinada piscina, e vão ao posto de saúde da Assembléia e o médico examinou, deu os atestados, e lamentavelmente em um recinto que é proibido fumar por lei, o médico apaga, é evidente que não foi por vontade, mas apaga o cigarro no pescoço do meu filho, queima o pescoço do meu filho, lamentavelmente. Está agora o pequeno infante com uma marca que provavelmente se tornará uma cicatriz no pescoço, vítima do desrespeito com as Leis que fazemos aqui, e vítima do desrespeito com a vida que esse médico deveria estar levando ensinamento a todos, marcou meu filho com a brasa do seu cigarro que lamentavelmente, ...

O Sr. Raul Lopes - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Prezado companheiro Scarpellini eu vi no curso do seu pronunciamento, que o senhor, o prezado companheiro, vamos tratar assim, está se despedindo. Eu queria nesta oportunidade registrar minha satisfação de um Deputado calouro, de um Deputado que inicia, que assistiu a seu trabalho no curso desse período, e vi a forma galharda, soberba, gentil até muitas vezes com o que se colocou à frente do seu compromisso perante a comunidade. Eu quero dizer que foi uma satisfação, admirei bastante seu trabalho, e quero também nessa oportunidade desejar-lhe muito sucesso à frente de sua prefeitura e que o prezado companheiro seja tão bem sucedido quanto seu querido irmão. É na oportunidade até proveito para pedir ao prezado companheiro que transmita também àquele companheiro, um grande amigo nosso, os meus cumprimentos pelo sucesso desse companheiro à frente da Prefeitura.

Curitiba, terça, em 13.12.88

Era o que eu tinha a registrar.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência.

O Sr. Orlando Pessuti - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento)

Deputado Scarpellini, no momento em que Vossa Excelência formaliza nesta Casa a sua despedida, na condição de Deputado Estadual, cabe a nós como seu amigo e companheiro de luta política de muitos e muitos anos, pelos menos acreditamos nós, desde 1970. Estamos juntos e estivemos juntos em muitos palanques, em especial no Vale do Ivaí, donde também temos a nossa origem.

É lamentável realmente que Vossa Excelência tenha que deixar esta Casa num momento tão importante para este Parlamento e para todos os paranaenses, que é a elaboração da Assembléia Estadual Constituinte. Mas, o Vale do Ivaí ganhará também com a sua ida à Prefeitura de Apucarana e muito mais Apucarana ganhará, porque com a sua presença à frente daquela municipalidade não só estará assegurada a continuidade e o brilhantismo da admiração de seu irmão Carlos Roberto Scarpellini, mas, estará, assegurada, realmente, estilo de administração voltada para os reais interesses da população, principalmente da população mais carente.

Nós conhecemos o trabalho da administração Scarpellini de hoje e conhecemos os pensamentos e os projetos da administração Scarpellini a partir de 1º de janeiro. Temos certeza de que Apucarana ganhará realmente com isso, o Vale do Ivaí ganhará com a presença de Vossa Excelência à frente da municipalidade de Apucarana e este Parlamento sentirá, sem sombra de dúvida, a falta de Vossa Excelência, combativo como é, brilhante como é, na defesa dos interesses maiores da nossa população.

Na condição de seu irmão que somos, porque somos também nascidos em Apucarana, queremos externar o nosso mais sincero e profundo agradecimento por sua passagem e por ter muitos e muitos anos sido o representante maior daquela região na Assembléia Legislativa. Vossa Excelência vai cumprir uma nova missão e nós aqui permaneceremos ao lado de outros brilhantes companheiros, também do Vale do Ivaí, defendendo os interesses e as necessidades maiores daquela região.

Fica a certeza de que mesmo na sua ausência estaremos procurando nos espelhar em seus atos e na sua maneira de ser para também bem representar o Vale do Ivaí.

Obrigado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Obrigado, Deputado Pessuti.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu me inscrevo num aparte.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - O Deputado Tadeu já havia solicitado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado - Meu prezado colega Scarpellini, neste momento em que Vossa Excelência, despede-se deste Poder é para nós que convivemos durante tanto tempo um momento de profunda tristeza, porque durante seis anos que tive a oportunidade de conviver, de conversar, de discutir, com Vossa Excelência, nós descobrimos a sensibilidade que existe no cidadão, no chefe de família, no homem público, José Domingos Scarpellini. O mesmo Scarpellini que durante a sua história na trajetória política de Vereador de Apucarana a Deputado Estadual, de candidato a Prefeito em 1976, confunde-se com a própria história do MDB, do MDB de tanta luta, de tanto trabalho, de tanta perseguição. O mesmo Scarpellini que consegue dividir o choro com uma criança, que consegue tirar o próprio agasalho, como eu fui testemunha, para acalentar o frio de um velho sem recursos.

Esta Casa perde, mas, Apucarana continuará ganhando, porque continuará tendo à frente da Administração Pública Municipal, mais um Scarpellini, os Scarpellinis de tanta sensibilidade que nós aprendemos a admirar e a respeitar.

Que os novos caminhos sejam trilhados com o mesmo brilhantismo que fizeram de Vossa Excelência, a história do MDB do Paraná.

São os nossos mais profundos desejos.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI - Muito obrigado, Deputado.

Concedo um aparte ao Deputado Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Meu caro Deputado Scarpellini, ao fazer esta despedida hoje, aqui na Assembleia Legislativa, uma despedida, eu sei, temporária, porque o bom filho, retorna a casa.

Se hoje a comunidade de Apucarana resolveu, através das urnas, solicitar aos seus companheiros de Assembleia Legislativa do Paraná para que você fosse a Apucarana, cedido por nós durante um período de quatro anos para atender as reivindicações daquela comunidade. Nós sabemos das responsabilidades que Vossa Excelência terá pela frente junto ao Executivo Municipal, mas sabemos também da sua competência, da sua capacidade acima de tudo, se somente evidentemente com a grande administração que conhecemos do Senhor Carlos Roberto Scarpellini.

Nós sabemos que esta continuidade ad-

ministrativa, junto com Vossa Excelência, quem ganhou com isso foi a população de Apucarana e quem perde na verdade, é a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, e perde Vossa Excelência como um grande tributo, um grande defensor das causas da população do nosso Estado.

Eu lhe parablenizo pela sua conquista, pela sua vitória em Apucarana, desejando a Vossa Excelência, à sua equipe de trabalho, sucesso na administração porque na verdade será o orgulho do Paraná o seu trabalho em Apucarana.

Muito obrigado, felicidades Deputado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Eu agradeço as palavras carinhosas do Deputado Pessuti, do Deputado Tadeu, do Deputado Manfrinato, do Deputado Raul...

O Sr. Haroldo Ferreira - Vossa Excelência permite-me um aparte? Assentimento.

Nobre Deputado Scarpellini, sai da Assembleia Legislativa neste momento, se despedindo, indo para dirigir os destinos de Apucarana nos próximos quatro anos, o nobre Deputado, mas, retorna, por outro lado, à nossa Casa hoje também um apucaraneense, que é o Deputado Lauro, que não teve a mesma felicidade que Vossa Excelência, no processo eleitoral, mas que também é um grande companheiro, retorna neste momento à nossa Casa. Apucarana, portanto, está de parabéns, com a sua ida para dirigir o Município e com o retorno do Deputado Lauro ao nosso convívio no momento em que entraremos na sequência nos trabalhos da Assembleia Constituinte Estadual e digo com relação a Vossa Excelência que eu em especial, sentirei a sua falta, nos momentos em que tivermos que continuar acompanhando os movimentos sociais do Paraná, seja com relação a questão da habitação popular, seja com relação a questão do movimento dos sem-terra, enfim os movimentos sociais que no Paraná eclodem e cada dia aumentam em função das grandes dificuldades pelas quais passa o nosso País e passa o nosso Estado com reflexos sociais dos mais importantes e que sem dúvida nenhuma a cada dia nos preocupam.

Eu tenho certeza que em Apucarana, no exercício do seu mandato, Vossa Excelência estará preocupado com as questões sociais do nosso Estado. Parablenizo Vossa Excelência e o povo de Apucarana, e desejo para Vossa Excelência, felicidades neste mandato.

Muito obrigado.

O Sr. Artagão Mattos Leão - Vossa Excelência, permite-me um aparte? (Assentimento).

Eu gostaria, Deputado Scarpellini, em nome da Bancada do PMDB, parablenizá-lo pe-

la sua eleição em Apucarana e ao mesmo tempo, Deputado Scarpellini dizer que foi uma honra tê-lo como membro da nossa Bancada, uma honra maior ainda tê-lo durante este ano, como nosso vice-Líder. Passamos, Deputado Scarpellini, momentos memoráveis nesta Casa de Leis, durante este ano e nestes momentos todos tivemos sempre a presença marcante do Deputado Scarpellini ora nas votações ora com raro brilhantismo ocupando esta mesma tribuna em que Vossa Excelência está hoje.

Queremos, Deputado Scarpellini, dizer que evidente ficará uma lacuna em nossa Bancada, mas ao mesmo tempo eu tenho certeza que estará ganhando Apucarana, a população de Apucarana e o Paraná, porque não dizer por tê-lo como um de seus Prefeitos.

Desejamos Deputado Scarpellini, felicidades na sua gestão como Prefeito e temos certeza que dignificará Apucarana, como dignificou esta Casa de Leis, durante esses dois anos.

Felicidades, Deputado Scarpellini.

O Sr. Rafael Greca - Deputado Scarpellini, por favor, um aparte. (Assentimento).

No momento em que Sua Excelência se despede deste Poder para exercer a elevada função de Prefeito da cidade de Apucarana, nós, saudamos a vontade popular que o distinguiu com o mandato, como um verdadeiro sinal de esperança de tempos melhores. Claro que a Assembléia se sente dignificada e nós, Deputados da Oposição do PMDB pelo fato de ter o povo do Paraná, que reside em Apucarana, distinguido um Deputado com a concessão do mandato de Prefeito.

O mandato de Prefeito é muito mais próximo da população e do anseio da população do que o mandato de Deputado. É ali realmente que reside a esperança do povo de ver as coisas resolvidas de maneira mais imediata.

Então, ao nos despedirmos de Vossa Excelência, nós, em nome da Bancada do PDT, da Bancada do Partido da Frente Liberal, pedia-me o Deputado Basílio Zanusso que assim o fizesse, do Partido Democrata Cristão, enfim, nós das Bancadas das Oposições, desejamos a Vossa Excelência toda a felicidade. Possa o povo de Apucarana ter os seus dias abençoados pelo trabalho que saia do seu entendimento e das suas mãos, possa Vossa Excelência, com a mesma energia que empreendeu a luta contra o fumo e outras lutas populares aqui nesta Assembléia, com a mesma energia que usou para rebater as nossas afirmações, possa Vossa Excelência, afirmar em Apucarana a vontade do povo por um mandato brilhante, generoso e libertário.

Nós estimamos, Deputado Scarpellini, que Vossa Excelência tenha por máxima na

sua presença na Prefeitura, o verso da poetisa paranaense Helena Kolody: "Quem caminha ao encontro do sol tem sempre presente a idéia da madrugada".

Seja um permanente despertar a sua presença na Prefeitura de Apucarana.

Era isto.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Agradeço as palavras ditas pelo ilustre Deputado. São realmente palavras que enaltecem e que nos colocam mais um peso que é a responsabilidade de trabalhar e de procurar fazer naquela Prefeitura a Prefeitura do povo, a Prefeitura da casa, da creche, da escola integral, a Prefeitura que realmente vai atender os interesses maiores da população periférica que é a que mais precisa de Governo.

O Sr. Lauro Lobo Alcantara - Vossa Excelência, permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Scarpellini, eu tenho certeza que para todos nós aqui da Assembléia Legislativa hoje é um dia de tristeza e um dia de alegria. De tristeza porque deixaremos de ter o convívio diário com Vossa Excelência, um convívio que a todos nós tem gratificado pelo seu trabalho brilhante, pela sua maneira clara de colocar as suas posições, pelas suas defesas intrançáveis, dos seus pontos de vista, principalmente voltados para a população mais empobrecida da nossa sociedade. É um motivo de alegria e particularmente para mim que sou apucaranesense, porque Vossa Excelência vai administrar o Município onde eu nasci e onde vivem meus familiares. E eu tenho certeza que pelo seu espírito, pelo seu trabalho político, pela sua vida pública, eu tenho certeza que Apucarana irá ganhar e irá ganhar muito. E tenho certeza mais ainda porque Vossa Excelência tem participado da administração de Apucarana uma vez que Apucarana é administrada por seu irmão e vocês tocam praticamente a administração a quatro mãos.

E eu quero deixar aqui já combinado com o Djalma, com a Ironi e com o Manfrinato, nós faremos um esforço concentrado para substituí-lo, para levar adiante as suas idéias. Eu quero desejar a Vossa Excelência uma administração profícua, uma administração que, sem dúvida alguma, tenho certeza, deixará marcado em Apucarana os traços de um homem sério, de um homem que realmente quer o avanço, quer que a população do nosso Município, Apucarana, e do nosso Estado cresça e melhore as suas condições de vida. Felicidades é o que nós desejamos a Vossa Excelência.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Muito obrigado, Deputado Lauro.

O Sr. Antônio Annibelli - Vossa Excelência concede-me um aparte? (Assentimento).

Meu querido Deputado José Domingos Scarpellini, em nome da Comissão Executiva que eu tenho a honra de presidir nesta Casa, e que fui eleito com o seu voto, quero dizer da satisfação que tivemos ao presidir esta Casa, em contar com a presença e a inteligência de Vossa Excelência é um dos deputados que mais trabalha nesta Casa e eu, como Presidente, posso atestar a maneira, o amor, a devoção que Vossa Excelência tem nesta Casa depois de cumprir o seu 3º mandato. Vossa Excelência é um apaixonado por esta Casa, e todas as suas metas, todas as suas idéias, Vossa Excelência as defendeu com muita galhardia, com muito estímulo e fez com que a gente, como Presidente desta Casa, que nunca participa em plenário dos debates, mas que lá de cima analisa a presença dos Deputados e a maneira, a garra com que defende as suas idéias, Vossa Excelência pode ir tranquilo para a sua Apucarana porque Vossa Excelência honrou este Paraná que o elegeu várias vezes. E tenho certeza que com este amor, com esta garra que Vossa Excelência demonstrou na sua vida pública como Deputado Estadual, Vossa Excelência continuará defendendo do outro lado no Executivo, passando com a responsabilidade de substituir o seu irmão, que foi meu colega Deputado Federal em Brasília, aquele jovem que se gestou como um dos principais prefeitos deste Paraná. Iremos em nossas orações pedir a Deus que o abençoe na nova missão porque temos certeza que a pessoa que o substituirá nesta Casa, o Deputado Sabino Brasil Nunes de Campos, que se efetivará, que é um companheiro representante de Toledo, que ficou como 1º Suplente nesta Legislatura, mas que desde os primeiros dias assumiu o seu mandato e aqui cumpriu também este mandato com muito orgulho para a nossa casa.

Vossa Excelência irá mas nós continuaremos a acompanhar o seu trabalho, sabedores da grande administração que Vossa Excelência fará. E aqui na Assembléia nósharemos, Vossa Excelência trabalhando em Apucarana, mas em seu lugar ficando um irmão que é o Deputado Sabino Brasil Nunes Campos. Que Deus o abençoe e o acompanhe.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Muito obrigado, Deputado Annibelli, amigo e companheiro.

O Sr. Esequias Losso - Vossa Excelência concede-me um aparte?

(Assentimento) Nobre Deputado José Domingos Scarpellini, quero fazer as palavras dos que me antecederam as minhas palavras também em relação à presença e ao trabalho de Vossa Excelência. Já tivemos

oportunidade de convivermos em outras legislaturas e pudemos ver o grande interesse de Vossa Excelência em encontrar soluções para o povo paranaense. Lembrou muito bem o Deputado Greca a respeito da campanha que Vossa Excelência tem encetado no sentido de alertar as pessoas quanto a inconveniência do uso do fumo, promovendo inclusive leis a respeito desta matéria.

Desta forma quantas famílias estão sendo atendidas através de uma vida melhor por parte daqueles que foram devidamente alertados a tempo, evitando-se doenças, evitando-se tantos males.

Queremos desejar agora, ao iniciar as atividades no Executivo de Apucarana, pleno êxito. Estaremos à disposição de Vossa Excelência aqui na Assembléia Legislativa, para colaborar com tudo aquilo que for possível, para que possamos ver os resultados que Vossa Excelência tem planejado para aquele próspero Município. Quero cumprimentar por intermédio de Vossa Excelência também sua digna família, certamente muito feliz pelo resultado obtido em 15 de novembro.

Obrigado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Obrigado Deputado Losso pelas palavras de carinho. Deputado Caíto.

O Sr. Caíto Quintana - Deputado Scarpellini, eu quero somar-me a tantas vozes que lamentam a saída de Vossa Excelência desta Assembléia Legislativa e ao mesmo tempo congrulo Vossa Excelência pela proximidade da posse na Prefeitura de Apucarana. Aqui nesta Casa de Leis tive o prazer de conviver com Vossa Excelência com a sua própria intransigência, muitas e muitas vezes quando Vossa Excelência tem uma opinião formada e a defende custe o que custar. Eu acho que é um exemplo para todos nós de que o homem deve lutar pelas coisas que acredita e Vossa Excelência tem lutado nesta Casa pelas coisas que acredita, custando-lhe, muitas vezes arestas inclusive dos próprios companheiros mas nunca abandonou as suas causas, as suas crenças e a sua ideologia. Por isso, acredito que Apucarana vá ter um prefeito à altura do seu irmão, do nosso companheiro Carlos Scarpellini. A campanha mostrou a simpatia e a confiança em Apucarana porque Vossa Excelência foi talvez um dos únicos prefeitos que concorreu neste pleito, que além de ter recebido uma votação extraordinária, até o último instante, inclusive, tinha sua situação indefinida, o que poria em nocaute qualquer candidatura e na sua o povo esteve torcendo pelo registro de sua candidatura. Tenho certeza, Deputado Scarpellini, que por essa semente plantada aqui nesta Assembléia, Apucarana perde o

seu legítimo representante, mas ganha pela amizade e pelo respeito que temos por Vossa Excelência agora, Prefeito Municipal, ganha 54 Deputados que estarão aqui na Assembléia dispostos a trabalhar pelo sucesso de seu mandato.

Parabéns, Deputado.

O SR. DOMINGOS SCARPELLINI - Muito obrigado pelo carinho com que fomos premiados, nesta última sessão, que vamos participar nesta Legislatura, agradecer aos Senhores Deputados, aos funcionários da Casa, àqueles que dedicam a sua vida ao trabalho para que nós possamos ter um mundo melhor, aos jornalistas, à imprensa que cobre e dignifica a sociedade paranaense. Enfim, esta Assembléia é um lugar onde se tira, se aprende e se vive. Aqui nós assimilamos e aprendemos um pouco com a experiência do nosso ilustre Secretário Anibal Khury, com o modo de viver de cada um e daqueles que do Paraná se deslocam em busca de soluções e que batem aos nossos gabinetes - procurando por moradia, por trabalho e por um espaço para viver.

Esta é, realmente, a Casa do Povo.  
Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa já se fez representar pela palavra do Presidente Antônio Amibelli, que enalteceu a figura do futuro Prefeito de Apucarana, A 1ª Secretaria tem a lamentar a ausência do Deputado Scarpellini, como "jardineiro chefe", da nossa reserva ecológica aqui na Assembléia. Eu espero que o Deputado Scarpellini nas suas andanças por Curitiba continue essa sua vigilância ecológica, para que o nosso jardim continue bonito. Com a palavra a representação do PT.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras Parlamentares, demais presentes.

Ocupamos a tribuna nesta terça-feira para render a nossa homenagem especial ao funcionalismo público do Estado do Paraná. Certamente todos compreendem que não foi o melhor ano para funcionalismo público do Estado do Paraná. Não foi muito fácil para os trabalhadores que prestam serviços públicos no nosso Estado. Foi um ano marcado pelas perseguições, pelas demissões por razões políticas e por um violento arrocho salarial.

Estamos lembrados das demissões praticadas na ACARPA, no IPARDES, no DETRAN motivadas pelas paralisações reclamatórias das categorias que tiveram de chegar ao extremo: apelar para a greve para que fossem ouvidas as suas reivindicações e preocupações.

Não estamos esquecidos ainda da greve

dos professores do Magistério Público Estadual que tiveram que usar esse recurso, que tiveram de enfrentar a polícia, que sofreram todo o tipo de desmoralização pública praticada pelo próprio Executivo e comandada pelo próprio Governador do Estado do Paraná. Além disso, acabamos de tomar conhecimento de que neste final de ano o Governo prepara um colete para os funcionários públicos do Estado do Paraná; promete não pagar ao funcionalismo do Estado do Paraná a URP de dezembro. Este será o presente natalino que o Governo do Paraná reservou ao funcionalismo público e que nós Parlamentares percebemos que com tanta garra e dedicação garantiram neste ano o efetivo funcionamento da máquina administrativa do Estado. Não pagar a URP é a maneira desse Governo desejar Boas Festas aos servidores públicos que ao longo do ano tiveram seus salários aviltados por uma política salarial lesiva adotada pelo Governador Álvaro Dias, amparado em lei inconstitucional e que lamentavelmente foi aprovada por esta Casa.

Ao honenagear o funcionalismo estadual, em nome do Partido dos Trabalhadores, não podemos deixar de mencionar aqueles companheiros que foram injustamente perseguidos por mazelas políticas em diversos órgãos públicos, empresas da Administração Direta e Secretarias.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, é que apelamos, através de requerimento a esta plenário, para que seja apreciado e que nos pronunciemos e apêlemos ao Executivo paranaense, para que não abra mão daquele direito já anunciado pelo próprio Governador antes das eleições e que inclusive havia anunciado um cronograma para que agora, neste momento de arrocho, o Governo do Paraná pague a URP, junto com o salário de dezembro, porque, se os boatos que estão aí forem verdadeiros, temos que reconhecer que os funcionários públicos do Paraná, que os funcionários públicos desta Casa, nós não podemos reconhecer que eles merecem paládio.

Vamos apertar o cinto das grandes empresas, das empreiteiras e vamos pagar o que é justo aos servidores públicos do Estado do Paraná.

É isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que estamos pedindo, nesta data, através de requerimento encaminhado à Mesa e que gostaríamos que este Parlamento - que depois de 40 anos, recupere as suas prerrogativas, esperamos que este apelo seja feito ao Executivo, para que reconheça, efetivamente, um direito justo de 185 mil trabalhadores do Paraná, os servidores públicos.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrando o Horário do Expediente, passamos à

# ORDEM DO DIA,

com a presença de 50 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Lauro Lobo Alcantara, constante do expediente, comunicando estar assumindo nesta data a cadeira de Deputado Estadual da qual se encontrava licenciado.

- À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 303/88, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que autoriza o Poder Executivo a instituir e explorar novas modalidades de concursos lotéricos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela Ordem)- Senhor Presidente, nós requeremos que conste o voto contrário dos Partidos minoritários a esse Projeto de Lei, e que nós temos certeza de que ele sairá da Ordem do Dia, durante a Reunião de amanhã de acordo com o que foi estabelecido esta manhã.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Há um requerimento do Deputado Orlando Pessuti, solicitando após aprovação a retirada do Projeto da Ordem do Dia.

O SR. PEDRO TONELLI - Pela Ordem- Senhor Presidente, quero registrar o voto contrário a esse Projeto do Partido dos Trabalhadores nesta Casa.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN Pela Ordem - Gostaria que registrasse meu voto contrário ao presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Há sobre a Mesa, requerimento do Deputado Orlando Pessuti, retirando o Projeto da Ordem do Dia, por 3 sessões. Em discussão. Em votação. Aprovado. Fica portanto, retirada por 3 (três) sessões, o Projeto de Lei n° 303/88.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 304/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que denomina RODOVIA DR. JACÍDIO

CORREIA, o trecho da PR- 170, compreendido entre o Município de Cambé, até Vila Prado Ferreira, no Município de Mirassolva. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado, artigo por artigo.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 66/88 (Mensagem n° 84/88- ex-Proposição n° 79/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL, da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio n° 003/88, celebrado em 09.06.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba, objetivando a aplicação de recursos financeiros no transporte hidroviário de passageiros. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 67/88 (Mensagem n° 85/88- ex-Proposição n° 80/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através do SERLOPAR, vinculado à Secretaria da Fazenda, e os Municípios com as datas que especifica, objetivando o repasse de recursos financeiros aos Municípios signatários, conforme planos de aplicação específicos, atendidas as exigências do art. 2° do Decreto n° 2.694, de 11.04.88. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 70/88 (Mensagem n° 88/88- ex-Proposição n° 83/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, que aprova o convênio celebrado em 31.05.88, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio e o Município de Ibaiti, objetivando cooperação técnica e financeira para a implementação de uma ação concentrada do Município, mediante a realização do Seminário de Desenvolvimento Industrial. Aprovado.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n° 71/88 (Mensagem n° 91/88- ex-Proposição n° 88/88), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade que aprova o convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, e o Ministério da Agricultura, nas datas e com os objetivos que especifica. Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a mesa requerimento de n° 1027, de autoria dos Srs. Deputados Basílio Zanusso, Rafael Greca e demais Srs. Deputados, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 999, de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1003, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1004, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1024, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1013, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1008, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 994, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 995, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 996, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 997, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 998, de autoria do Sr. Deputado José Rogério Carvalho, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1002, de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. (A Matéria acha-se publicada no final desta Ata)

Requerimento de n° 1006, de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1009, de autoria da Sr.<sup>a</sup> Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1012, de autoria da Sr.<sup>a</sup> Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1011, de autoria da Sr.<sup>a</sup> Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1010, de autoria da Sr.<sup>a</sup> Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1014, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1015, de autoria do Sr. Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1016, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1017, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1020, de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1022 de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1023, de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1005, de autoria do Sr. Deputado Domingos Scarpellini, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1025, de autoria do Sr. Deputado Nereu Carlos Massignan, com apoio dos Deputados Pedro Tonelli, Paulino José Delazeri, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1026, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, às 10:00 horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 304/88.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n°s 66/88, 67/88, 70/88 e 71/88.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO NESTOR BAPTISTA, EM SESSÃO DO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 1988.

**"JÂNIO É O CANALHA OFICIAL"**

João Feder

Chegamos à prefeitura eram 9 horas, e em seguida fomos encaminhados ao gabinete do prefeito Jânio Quadros. Eu já o conhecia pessoalmente de encontros profissionais, ele como governador e eu como jornalista incumbido de entrevistá-lo, mas não poderia exigir que ele se lembrasse disso. Quando fui apresentado como representante do Paraná o prefeito disse "muito prazer" e recordou que seu pai e uma sua irmã haviam nascido no Paraná. Jânio permaneceu sentado durante toda a visita e, inclusive durante o seu correto e bem posto discurso. Ofereceu-nos um chá, comentando que prefere o chá, que ganha, do que o café, pelo qual teria que pagar. Declarou, em dado momento, que se levantava às 5 horas, que chegava ao seu gabinete entre 7 e 7,30 e que às 9 horas sua mesa estava sempre limpa, "como os senhores podem ver". Foi nesse momento que minha atenção se voltou para o Diário Oficial que estava sobre a mesa e que o prefeito afirmava já haver lido. E chamou a minha atenção porque me pareceu mais um jornal sensacionalista do que um Diário Oficial.

Com efeito, o Diário Oficial do Município de São Paulo é capeado com um suplemento no qual se publicam notícias sobre atos e fatos municipais. Acontece que na edição desse dia 22 de novembro a manchete do Diário Oficial era a seguinte: "Verifiquem quem é este canalha". A notícia fazia referência a um anúncio que apareceu no "Estado de São Paulo" sobre o funcionamento de uma casa de videopôquer que teria sido liberada pessoalmente pelo prefeito, esclarecendo que o prefeito é autor da lei proibindo essa atividade e responsável por

ferrenho combate a esse tipo de jogo e havia ficado profundamente irritado com a audácia do anúncio provocativo e que no mesmo instante, em despacho com vários secretários determinou: "Verifiquem quem é este canalha. Requeiram processo criminal contra o mesmo e verifiquem por que existe a casa aberta".

O episódio talvez merecesse um exame próprio, mas o que me parece importante é chamar a atenção dos homens públicos para a indevida utilização do Diário Oficial. A exemplo do Município de São Paulo, também o Diário Oficial do Rio de Janeiro, pelo menos até 1986, incluía, além dos atos oficiais, notícias como "Pagode é a atração na Zona Oeste", "Homenagem a Gal Costa", e outras que poderiam merecer espaço na imprensa diária mas que não cabem numa publicação cuja finalidade é exclusivamente tornar públicos os atos oficiais, por ser essa publicidade uma exigência de lei, para tornar oficial o ato.

Se tudo que se publicar no Diário Oficial transforma-se em oficial, teremos então que o cidadão, embora desconhecido, passou a ser um "canalha oficial".

Segundo consta esses dois casos não estão isolados. Há ainda o Diário Oficial de Brasília, que não se limita a publicar os atos oficiais do Distrito Federal, e outros, alguns, inclusive, pródigos em divulgar até contos e poesias.

Será que precisamos emendar a nova Constituição para incluir um artigo estabelecendo que o Diário Oficial deve ser destinado à publicação dos atos oficiais? Ou será que nem isso será suficiente para impedir que os jornalistas frustrados se deliciem com o maquinário, papel e tinta pagos com o dinheiro do povo?"